

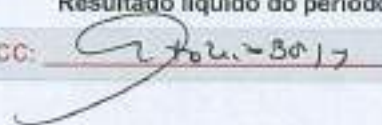
**CONTAS DE
GERÊNCIA
2018**



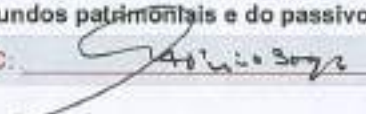
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Diploma-Portaria 220/2015, de 24 de julho)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	1.519.839,01	1.479.425,82
Quotas de utilizadores		1.393.042,07	1.364.153,94
Quotizações		1.115,00	1.358,00
Serviços Secundários		125.681,94	113.913,88
Subsídios, doações e legados à exploração	9.2	1.980.251,23	2.060.450,28
ISS, IP - Centros distritais		1.734.730,25	1.774.777,47
Outros		245.520,98	285.672,81
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		5.572,37	3.338,89
CMVMC		-80.451,75	-78.742,71
Fornecimentos e serviços externos	13.3	-1.104.556,75	-1.065.602,68
Gastos com o pessoal	11	-2.170.897,62	-2.057.994,82
Ajustamentos do inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.5	75.610,05	103.842,88
Outros gastos	13.6	-12.739,97	-24.563,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		212.626,57	420.154,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-214.204,09	-215.809,65
Resultado operacional		-1.577,52	204.344,73
Juros e rendimentos similares obtidos	13.7	951,39	207,62
Juros e gastos similares suportados	13.7	-22.636,38	-26.502,51
Resultados antes de impostos		-23.262,51	178.049,84
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-23.262,51	178.049,84
CC: 			

BALANÇO

BALANÇO	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Ativo			
Ativo não corrente		6.364.515,47	6.389.098,03
Ativos fixos tangíveis	4	6.328.951,52	6.343.559,46
Bens património histórico e cultural	4	15.000,00	15.000,00
Ativos intangíveis	5	20.563,95	30.538,57
Outros créditos		0,00	0,00
Ativo corrente		838.406,51	1.225.532,24
Inventários	7	31.770,42	27.457,73
Créditos a receber	10.2	111.947,69	112.661,15
Estado e outros entes públ.	10.2	29.027,84	37.130,49
Diferimentos	13.2	8.864,30	8.070,39
Outro ativos correntes		408.157,43	558.998,33
Caixa e depósitos bancários	13.1	248.638,83	481.214,15
Total do ativo		7.202.921,98	7.614.630,27
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais	13.4	5.613.124,37	5.894.346,70
Fundos		1.620.231,04	1.620.231,04
Resultados transitados		2.014.956,11	2.042.861,80
Ajustam./Outras variações nos fundos patrimoniais		1.977.937,22	2.031.253,86
Resultado líquido do período		-23.262,51	178.049,84
Total do fundo de capital		5.589.861,35	5.872.396,54
Passivo			
Passivo não corrente		538.641,71	722.484,43
Financiamentos obtidos	6	538.641,71	722.484,43
Passivo corrente		1.078.442,92	1.019.749,30
Fornecedores	10.1	252.128,26	238.095,16
Estado e outros entes públicos	10.1	48.662,12	44.407,03
Financiamentos obtidos	6	183.902,91	189.068,19
Diferimentos	13.2	249.694,76	222.703,83
Outros passivos correntes		340.030,36	325.475,09
Total do Passivo		1.613.060,12	1.742.233,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.202.921,98	7.614.630,27
CC: 			

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017 E 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017											
Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe											
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido por período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2017		1.620.231,04			1.673.447,88		2.085.069,10	369.413,92			5.748.161,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de DF											
Realização do excedente											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos FP					369.413,92		(53.815,24)	(369.413,92)			(53.815,24)
2		-	-	-	369.413,92	-	(53.815,24)	(369.413,92)	-	-	(53.815,24)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								178.049,84			178.049,84
3											
RESULTADO EXTENSIVO											
4=2+3									-	-	124.234,60
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
5											
POSICÃO NO FIM DO ANO 2017		1.620.231,04	-	-	2.042.861,80	-	2.031.253,86	-	-	-	5.872.386,54
6=1+2+3+4											
CC: 											

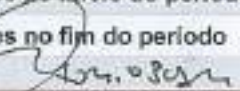
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES
NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO
PERÍODO 2018**

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe											
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido por período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2018		1.620.231,04			1.310.442,26		2.124.958,49	363.005,62			5.418.637,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de D/F											
Realização do excedente											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos FP					363.005,62		(39.889,39)	(363.005,62)			(39.889,39)
2		-	-	-	363.005,62	-	(39.889,39)	(363.005,62)	-	-	(39.889,39)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
3								369.413,92			369.413,92
RESULTADO EXTENSIVO											
4=2+3									-	-	329.524,53
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018		1.620.231,04	-	-	1.673.447,88	-	2.085.069,10	-	-	-	5.748.161,94
6=1+2+3+4											
CC: <u>Reino 30/12</u>											

CC: 



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.601.925,56	1.608.951,24
Pagamentos de subsídios		2.002.948,40	2.057.356,88
Pagamentos de apoios		360,00	330,00
Pagamentos de bolsas		11.816,96	28.537,50
Pagamentos a fornecedores		-1.188.680,03	-1.143.457,70
Pagamentos ao pessoal		-1.478.391,85	-1.393.128,36
Caixa geral das operações		949.979,04	1.158.589,56
Pagamento/recebimento do IR		0,00	0
Outros recebimentos/pagamentos		-827.896,19	-930.355,28
Fluxos de caixa das ativ. operacionais (1)		122.082,85	228.234,28
Fluxos de caixa das ativ. de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-197.226,93	-225.048,76
Ativos intangíveis		0,00	0
Outros ativos		0,00	0
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	739,00
Ativos intangíveis		0,00	0
Outros ativos		0,00	0
Subsídios ao investimento	13.5	53.316,64	51.748,24
Juros e rendimentos similares	13.7	951,39	207,62
Fluxos de caixa das ativ. de invest. (2)		-142.958,90	-172.353,90
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0
Cobertura de prejuízos		0,00	0
Doações		0,00	0
Outras operações de financiamento		0,00	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	-189.062,89	-186.430,85
Juros e gastos similares	13.7	-22.636,38	-26.502,51
Outras operações de financiamento		0,00	
Fluxos de caixa das ativ. de financiam. (3)		-211.699,27	-212.933,36
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-232.575,32	-157.052,98
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.1	481.214,15	638.267,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.1	248.638,83	481.214,15
CC: 			

**ANEXO ÀS CONTAS
PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018**

1. OBJETO SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

MISERICÓRDIA

Reza a História, que em 1498, ano da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, um grupo de "bons e fiéis cristãos" liderados por Frei Miguel Contreiras, um admirável pregador e amparo dos mais desfavorecidos, na presença da rainha D. Leonor e das mais altas personalidades religiosas e civis, assumiu o compromisso de se dedicar à prática das 14 Obras de Misericórdia.

As Sete Obras Corporais: Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; Vestir os nus; Dar pousada aos peregrinos; Assistir aos enfermos; Visitar os presos e Enterrar os mortos.

As Sete Obras Espirituais: Dar bom conselho; Ensinar os ignorantes; Corrigir os que erram; Consolar os tristes; Perdoar as injúrias; Suportar com paciência as fraquezas do nosso próximo e Rogar a Deus por vivos e defuntos.

As Santas Casas da Misericórdia são hoje consideradas pelo Estado, associações constituídas na ordem jurídico-canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, segundo os princípios da doutrina e moral cristã. No Compromisso da Misericórdia que rege a instituição, está definido a denominação, a natureza, a organização e fins da instituição, as condições de admissão dos irmãos, seus direitos e obrigações, o culto e assistência espiritual, o património e regime financeiro da Misericórdia e os seus corpos gerentes.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS é uma instituição particular de solidariedade social, fundada em 01/04/2004 e reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública no Diário da República n.º 210, Série III, de 6 de Setembro de 2004, tem sede na Rua Dr. Sá Carneiro - 5460-327 Boticas, possui o Número de Identificação Pessoa Colectiva (NIPC) 506790878 e a sua principal actividade está orientada no apoio a idosos, à deficiência e à infância, com a concomitante prestação de cuidados de saúde e de educação, bem como o combate à pobreza.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o n.º 2 do artigo 22º do Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que aprovou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), a normalização contabilística para estas entidades aplica-se a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012.

No Aviso 8259/2015 de 16 de julho da Secretaria Geral do Ministério das Finanças foi homologada a nova NCRF-ESNL aprovada pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho e alterada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que implicaram a republicação do Código de Contas através da Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho.

Os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras são na sua totalidade comparáveis com os do exercício anterior exceto no que está referido no ponto 3.2.12 do Anexo e não existiram no decorrer do exercício a que respeitam quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Misericórdia de Boticas na elaboração das Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade - Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Misericórdia de Boticas continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Para as Entidades do Setor Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico e financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica) - Os efeitos das transações e de outros acontecimentos foram reconhecidos quando eles ocorreram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos foram registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.

Consistência de Apresentação - As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas da sua natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

Materialidade e Agregação - A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação – Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não são compensados.

Comparabilidade - A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior.

Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Misericórdia a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Misericórdia teve com manutenção e reparação dos ativos foram registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas no final de cada ano, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)
- Terrenos e Recursos Naturais	-
- Edifícios e outras construções	50
- Equipamento básico	3 a 8
- Equipamento de Transporte	4
- Equipamento administrativo	3 a 8
- Outros Ativos Fixos Tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data da alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros rendimentos Operacionais ou Outros Gastos Operacionais.

3.2.2. Bens do Património Histórico e Cultural

Os bens adquiridos a título oneroso, foram contabilizados pelo justo valor. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil destes bens, estes não são depreciables.

bens, estes não são depreciables.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas no final de cada ano, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo fixo intangível	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" que a Instituição detém destinam-se ao desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados. Encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio e o sistema de inventário permanente na movimentação de stocks.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a receber e outros ativos correntes - Os Clientes e os Outros Créditos a Receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal.

Caixa e Depósitos Bancários - A rubrica Caixa e Depósitos Bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Fornecedores e outros passivos correntes – O passivo registado em Fornecedores e Outros Passivos Correntes, não vencem juros, são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e é composta por fundos atribuídos por terceiros, fundos acumulados e outros excedentes; subsídios, doações e legados.

3.2.7. Provisões

Não se constituíram provisões no exercício.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os Encargos Financeiros foram reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica Juros e Gastos Similares Suportados.

Os contratos de locações (leasing) são classificados como: Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia de Boticas encontra-se abrangida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, que prevê isenção automática do imposto sobre o rendimento (IRC) para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

3.2.10. Rêdito

Os proveitos decorrentes da Prestação de Serviços são reconhecidos pelo justo valor da retribuição a receber, a qual é determinada por acordo entre as partes.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.2.11. Contabilização dos subsídios e outros apoios

Os subsídios recebidos/a receber do ON.2; Overbooking; PARES; FEDER; POISE e SCML encontram-se reconhecidos na rubrica de capital próprio – Subsídios ao investimento, sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base sistemática em função da depreciação do respetivo ativo fixo tangível.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento das atividades subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos.

3.2.12. Alterações nas políticas contabilísticas e correção de erros

Foi realizada uma correção contabilística relativa que afetou os Resultados Transitados: resultou do facto de ter havido uma reprogramação temporal de 2 contratos financeiros do POISE, que estavam inicialmente previstos serem desenvolvidos ao longo de três anos (36 meses) mas que em finais de 2018 para o CLDS 3G e início 2019 para o RLIS e no âmbito do Aviso POISE-32-2015-08 foram autorizados serem alvos de uma reprogramação temporal para mais 7 meses (CLDS 3G) e 9 meses (RLIS), sem alteração de verbas inicialmente previstas.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível e respetivas depreciações foram como segue:

	Saldos iniciais	Aquisições	Transf. e Abates	Saldos finais
Bens Pat. Histórico Cultural	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Edifícios e outras construções	7.223.360,16	103.247,32	0,00	7.326.607,48
Equipamento básico	827.010,48	63.456,26	0,00	890.466,74
Mobiliário	721.050,62	41.019,50	0,00	762.070,12
Equip. Médico	64.190,19	3.763,34	0,00	67.953,53
Máq. Motoras	29.263,42	9.056,13	0,00	38.319,55
Outro Eq. Bás.	12.506,25	9.617,29	0,00	22.123,54
Equip. transporte	282.942,28	0,00	0,00	282.942,28
Equip. administrativo	156.219,79	10.151,19	0,00	166.370,98
Eq. Informático	100.754,37	9.743,44	0,00	110.497,81
Mobiliário	28.621,52	407,75	0,00	29.029,27
Máquinas	19.591,82	0,00	0,00	19.591,82
CLDS+	4.754,00	0,00	0,00	4.754,00
Outros	2.498,08	0,00	0,00	2.498,08
Outros AFT.	17.658,37	0,00	0,00	17.658,37
Ferramentas	11.419,54	0,00	0,00	0,00
Motores	6.238,83	0,00	0,00	0,00
Ativo tang. em curso	64.876,99	134.577,77	122.856,52	76.598,25
Total	8.587.068,07	311.412,53	122.856,52	8.775.624,08
Depreciações Acumuladas				
Edif. e outras construções	1.123.346,33	148.338,64	0,00	1.271.684,97
Equipamento básico	699.771,02	30.542,07	0,00	730.313,09
Equip. transporte	264.402,67	9.425,00	0,00	273.827,67
Equip. administrativo	123.370,87	14.837,65	0,00	138.208,52
Outros AFT	17.617,72	40,61	0,00	17.658,33
Total	2.228.508,61	214.204,09	0,00	2.431.692,58
	6.358.559,46			6.343.931,50

Encontram-se contabilizados a valor zero dois terrenos doados há muitos anos à Misericórdia de Boticas, nomeadamente os terrenos onde se encontram o Lar Nossa Senhora da Livração e o Centro de Apoio a Deficientes, bem como 13 terrenos doados em 2014 à Misericórdia de Boticas, sitos na freguesia de Vilar e Viveiro.

O montante registado na coluna Transferências passou de Ativo Tangível em Curso para Edifícios e outras Construções e Equipamento Básico – relativo ao valor das obras de adaptação do Hotel Santa Bárbara. O montante que ainda fica em Ativo Tangível em curso respeita a novos projetos em curso.

4.1. GARANTIAS REAIS PRESTADAS

Na data do balanço existiam dívidas a terceiros na rubrica de Empréstimos Bancários Obtidos, resultantes de dois empréstimos contratualizados com a Caixa Geral de Depósitos, no montante total de 722.489,73 €, ambos garantidos por hipoteca.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	Saldo iniciais	Aquisições	Transf.	Saldo finais
Software de gestão	47.078,07	1.045,50	0,00	48.123,57
Total	47.078,07	1.045,50	0,00	48.123,57
Depreciações Acumuladas				
Software de gestão	16.539,50	11.020,12	0,00	27.559,62
Total	16.539,50	11.020,12	0,00	27.559,62
	30.538,57			20.563,95

6. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O empréstimo contraído em 2004 com a CGD, com término em novembro de 2019, no montante de 1.250.000,00 €, encontra-se liquidado em cerca de 93%.

O segundo empréstimo contraído em 2013, na mesma entidade bancária, com término em março de 2025, no montante de 1.000.000,00 €, está amortizado em 36%.

Os encargos financeiros dos dois empréstimos foram reconhecidos como gastos à medida que foram incorridos e totalizaram no ano de 2018, 22.636,38 €.

Empréstimos	2018		2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empr. Bancário 2004	89.070,45	0,00	96.483,04	89.013,99
Empr. Bancário 2013	94.832,46	538.641,71	92.585,15	633.470,44
Total		722.544,62		911.552,62

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018, o Inventário era o seguinte:

	2018		2017	
Gêneros Alimentares		1.525,76		2.624,86
Fraldas		1.541,37		1.209,11
Limpeza, Hig., Conforto		7.372,13		9.101,50
Material Enfermagem		14.811,01		10.652,75
Medicamentos		6.520,15		3.869,51
Total		31.770,42		27.457,73

Em 2017 iniciou-se o registo do stock dos medicamentos em uso na Instituição devido ao seu crescente consumo, na Unidade de Cuidados Continuados.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do réditto são as descritas no ponto 3.2.10 do presente relatório e a repartição dos valores resultantes da Prestação de Serviços em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	2018		2017	
Quotas dos utilizadores		1.393.042,07		1.364.153,94
Infância		57.364,50		64.562,50
Deficiência		156.920,06		155.033,02
Idosos		675.155,13		650.997,59
Cuidados Continuados		503.492,38		493.020,83
Quotas de Irmãos		1.115,00		1.358,00
Serviços Secundários		125.681,94		113.913,88
Total		1.519.839,01		1.479.425,82

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com ativos estão relevados nos Fundos Patrimoniais, conforme estipulado no capítulo 14 da NCRF-ESNL e são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra todas as condições para o receber. Decompõem-se da seguinte forma:

Subsídios ao Investimento	2018	2017
ON.2 – Unidade de Cuidados Continuados	1.180.350,00	1.206.150,00
PARES – Residência Autônoma de Boticas	73.901,14	75.732,20
FSE – CLDS+	-	2.169,39
ON.2 - Overbooking	25.751,31	35.719,59
SCML - Fundo Rainha Dona Leonor	251.615,10	256.921,57
Câmara Municipal de Boticas	189.666,67	193.666,67
IEFP - GIP	-	4.241,47
Total	1.721.284,22	1.774.600,86

9.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração existentes em 31 de dezembro de 2018 na Conta 75 da Demonstração de Resultados desagregam-se pelas seguintes entidades:

Subsídios à Exploração	2018	2017
Segurança Social - Acordos de Cooperação	1.559.789,42	1.529.593,59
Segurança Social – POISE – CLDS3G + RLIS	171.656,54	241.500,68
Segurança Social – Programa Pré-Escolar	1.869,36	3.683,20
Segurança Social – Outros (Subs. Funeral)	1.414,93	-
IEFP - GIP	3.168,93	13.834,26
IEFP – Medidas Apoio ao Emprego	5.160,98	31.508,55
Outras entidades		
Câmara Municipal de Boticas	240.000,00	240.000,00
Outras	360,00	330,00
Total	1.980.251,23	2.060.450,28

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**10.1. CONTAS A PAGAR**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a decomposição é a seguinte:

	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores	252.128,26	238.095,16
Estado e outros entes públicos	48.662,12	44.407,03
Imposto s/ Rend. Singulares	6.755,00	6.446,00
Taxa Social Única	14.094,01	12.423,79
Contribuições Seg. Social	27.299,57	25.186,42
Fundo Garantia Trabalho	513,54	350,82
Pessoal	1.117,84	-
Fornecedores de investimentos	19.059,52	14.589,54
Credores por Acréscimo de Gastos	306.047,18	306.548,73
Subsídio de Férias	304.239,99	304.389,23
Outras Despesas Diferidas	1.807,19	2.159,50
Outros Devedores e Credores	4.250,82	4.336,82
Total	631.265,74	607.977,28

Em Fornecedores estão incluídos 111.240,83 € correspondente a 75% das despesas de gás e de eletricidade dos anos de 2014 a 2016, quando a Instituição ainda ocupava uma das alas do edifício do Centro de Saúde.

10.2. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a decomposição é a seguinte:

	31.12.2018	31.12.2017
Cientes e Utentes	111.947,69	112.661,15
Utentes	40.586,31	42.558,56
Entidades	71.361,38	70.102,59
Adiantamentos ao Pessoal	2.385,34	1.771,02
Estado e Outros Entes Públicos	29.027,84	37.130,49
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	1.869,36	4.272,07
Outros Devedores e Credores	403.902,73	552.955,24
IEFP – Medidas Apoio Emprego	38.106,36	37.380,56
POISE – CLDS 3G	204.794,90	292.558,69
POISE - RLIS	161.001,47	203.808,03
IEFP - GIP	0.00	19.207,96
Total	661.080,65	708.789,97

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante o exercício de 2018, a Misericórdia de Boticas aumentou o seu quadro de pessoal, passando de 180 colaboradores para 189.

Os gastos com o pessoal em 2018 e em 2017 decompõem-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Remunerações do pessoal	1.759.854,66	1.679.935,02
Remunerações Certas	1.645.677,96	1.565.352,21
Remunerações adicionais	101.989,61	96.326,57
Bolsas Subsidiados IEFP	12.187,09	18.256,24
Encargos sobre remunerações	369.471,90	354.082,06
Seguro de acidentes no trabalho	14.502,89	14.817,56
Outros	27.068,17	9.160,18
Total	2.170.897,62	2.057.994,82

As remunerações adicionais englobam o subsídio de alimentação, o subsídio de turno, o abono para falhas e as ajudas de custo.

A rubrica Outros inclui o custo dos exames médicos efectuados no âmbito da Medicina no Trabalho, Formação de 35H, e a aquisição de novas fardas para todos os colaboradores e a oferta a todos os colaboradores do upgrade da mensalidade do Cartão Social (seguro de saúde) para Cartão Social+.

O número de membros dos Órgãos Sociais nos períodos de 2017 e 2018 foram respetivamente:

Mesa da Assembleia Geral	3 membros efetivos e 2 suplentes
Mesa Administrativa	5 membros efetivos e 3 suplentes
Conselho Fiscal	3 membros efetivos e 2 suplentes

Os Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração de acordo com o compromisso e legislação aplicável.

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. FLUXOS DE CAIXA

As quantias apresentadas em Caixa e Depósitos Bancários à data de Balanço, encontram-se totalmente disponíveis para uso, decompondo-se desta forma:

	31.12.2018	31.12.2017
- Caixa	3.228,54	1.540,38
- Depósitos à ordem	145.410,29	379.673,77
- Outros Depósitos bancários (a prazo)	100.000,00	100.000,00
Total	248.638,83	481.214,15

Os Depósitos a Prazo são constituídos por depósitos de 50.000,00 € cada um, depositados no Millennium BCP e Montepio, respetivamente.

13.2. DETALHES DOS DIFERIMENTOS

Os Diferimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

	31.12.2018	31.12.2017
Gastos a reconhecer	8.864,30	8.070,39
Seguros	8.864,30	8.070,39
Rendimentos a reconhecer	249.694,76	222.703,83
IEFP	19.371,55	16.014,28
POISE - CLDS 3G	119.025,84	117.910,53
POISE - RLIS	111.297,37	74.944,76
IEFP - GIP	-	13.834,26

13.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	2018	2017
Subcontratos	471.274,77	498.528,61
Exploração de Refeitórios	363.599,15	410.938,71
Aluguer de Roupa	55.839,64	42.171,35
Locação Operacional	8.647,78	3.416,66
Outros	43.188,20	42.001,89
Serviços Especializados	130.321,69	108.205,16
Trabalhos Especializados	25.963,36	15.940,50
Publicidade e Propaganda	6.422,67	1.236,15
Vigilância e Segurança	4.442,64	2.302,56
Honorários	42.521,70	46.639,43
Conservação e Reparação	40.321,35	34.696,52
Edifícios	15.747,68	14.374,89
Viaturas	17.998,05	14.196,60
Eq. Básico e Administrativo	6.575,62	6.125,03
Outros	10.649,97	7.390,00
Materiais	35.150,75	35.950,57
Ferramentas e Utensílios	19.733,86	19.887,59
Material de Escritório	3.759,50	4.938,75
Artigos para Oferta	6.738,31	8.084,72
Outros (material didático e livros)	5.039,08	3.039,51
Energia e fluidos	256.331,88	214.590,31
Electricidade	62.087,88	54.611,33
Combustíveis (gasóleo, gás)	178.865,34	145.015,82
Água	15.378,66	14.963,16
Deslocações, estadas e transportes	7.499,96	10.463,85
Serviços Diversos	95.492,89	98.374,22
Comunicação	10.783,36	11.840,89
Seguros	9.487,85	8.207,86
Limpeza, Higiene e Conforto	23.343,27	21.229,32
Despesas de representação	51.258,05	56.199,01
Outros	620,36	897,14
Outras Despesas c/ Utentes	108.484,81	124.899,65
Fraldas	37.362,52	40.810,25
Material Enfermagem	34.440,55	24.952,81
Medicação	24.308,70	48.423,36
Outros	12.373,04	10.713,23
Total	1.104.556,75	1.091.012,37

13.4. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.620.231,04	0,00	0,00	1.620.231,04
Resultados transitados	2.042.861,80	178.049,84	205.955,53	2.014.956,53
Outras variações – Subs.	2.031.253,86	0,00	53.316,64	1.977.937,22
PARES	75.732,20	0,00	1.831,06	73.901,14
FEDER – ON2	1.206.150,00	0,00	25.800,00	1.180.350,00
CLDS+	2.169,39	0,00	2.169,39	0,00
Overbooking	35.719,56	0,00	9.968,25	25.751,31
SCML – Fundo	256.921,57	0,00	5.306,47	251.614,10
CMB	193.666,67	0,00	4.000,00	189.666,67
GIP	4.241,47	0,00	4.241,47	0,00
Doações	256.653,00	0,00	0,00	256.653,00
Total	5.694.346,70	178.049,84	259.272,17	5.613.124,79

13.5. DETALHE DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS EM 2018 E 2017

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos encontra-se dividida da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Outros Rendimentos e Ganhos		
Descontos de Pronto pagamento	89,94	-
Ganhos em inventários	258,36	-
Alienações	1.000,00	739,00
Outros		
Correções relativas a períodos ant.	1.230,71	7.506,63
Imputação de subsídios p/ invest.	53.316,64	51.748,24
Restituição de Imposto – IVA, IRS	5.180,01	15.552,47
Donativos	11.802,12	28.296,54
Total	75.610,05	103.842,88

13.6. DETALHE DE OUTROS GASTOS E PERDAS EM 2018 E 2017

A rubrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	846,07	600,00
Dívidas Incobráveis	-	703,00
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	8.744,82	20.279,39
Quotizações	2.960,00	2.960,00
Outros	189,08	20,93
Total	16.764,48	24.563,28

13.7. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	31.12.2018	31.12.2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamento suportados - 2004		-1.648,32
Juros de financiamento suportados - 2013		-24.774,05
Outros juros	-4.767,48	-80,14
Total	-22.636,38	-26.502,51
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos obtidos	951,39	207,62
Total	951,39	207,62
Resultados Financeiros	-21.684,99	-26.294,89

14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de alterar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa de 15 de março de 2018.

CC:

 2020.03.15








CERTIFICAÇÃO DE CONTAS



RSM & Associados - Sênc, Lda

Avenida 15 - 1.º 1049-102 Lisboa/Portugal

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3551 952 E: geral@rsm.pt

Rua da Seara 152 - 3.º 4150-482 Porto

T: +351 22 2094 550 F: +351 22 2081 477 E: geral@rsm.pt

www.rsm.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditeámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Boticas (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 7.202.522 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.589.861 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 23.263 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

A Mesa Administrativa é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

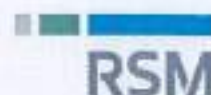
THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados, Sênc, Lda, é uma sociedade por quotas com o capital social de 100.000 euros, inscrita no Registo Nacional das Atividades Económicas sob o número 30808, com sede em Lisboa, Portugal, e é uma entidade regulada pela Comissão de Regulação do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o número 100/2018. A RSM & Associados, Sênc, Lda, é uma entidade regulada pela Comissão de Regulação do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o número 100/2018.

Para mais informações, consulte o site www.rsm.pt

© 2019 RSM & Associados, Sênc, Lda

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução ou distribuição não autorizada.



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devida a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

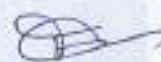
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Boticas, 15 de março de 2019


RSM & ASSOCIADOS - SROD, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC nº622)
registada na CMVM com o nº 20160268






**ATA DO
CONSELHO
FISCAL**

ATA DO CONSELHO FISCAL

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu na Rua Dr. Sá Carneiro nº1, em Boticas, sede da SCMB – Santa Casa da Misericórdia de Boticas, o seu Conselho Fiscal que é composto pelos seguintes membros efetivos:

António Pereira dos Penedos – Presidente -----

Acácio Queiroga Fernandes – Vice-Presidente -----

Maria de Lurdes Barreira Rodrigues Machado – Secretária -----

O Conselho Fiscal foi convocado formalmente pelo seu Presidente para nos termos da alínea e) artigo trigésimo segundo do compromisso conjugado com a alínea c), do artigo décimo quarto, de Decreto-lei cento e setenta e dois de catorze de novembro de dois mil e catorze, deliberar sobre o Parecer a apresentar à Assembleia Geral, respeitante ao Relatório de Atividades e Contas de Gerência do exercício de dois mil e dezoito. -----

O Presidente declarou aberta a sessão, tendo usado da palavra todos os Conselheiros, que referiram o acompanhamento efetuado às contas ao longo de todo o exercício e analisaram todas as demonstrações financeiras referentes ao citado exercício, bem como, a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Foram solicitados alguns esclarecimentos ao Contabilista Certificado. -----

Obtidos os citados esclarecimentos, foi deliberado e votado por unanimidade emitir o seguinte parecer bem como a seguinte proposta: -----

PARECER

O Conselho Fiscal felicitiza a Mesa Administrativa pela clareza das informações contidas no Relatório de Atividades e Contas Gerência de 2018, e no qual se descreve com grande transparência toda a atividade realizada pela Santa Casa da Misericórdia de Boticas e congratula-se com a impressionante obra social que apesar dos constrangimentos causados muitas vezes por exigências legais administrativas, não deixa de vingar no concelho de Boticas.

PROPOSTA

1. Aprovação do Relatório e Contas de Gerência de 2018.
2. A afetação do Resultado Líquido do Exercício a Resultados Transitados.
3. A aprovação de um voto de louvor à Mesa Administrativa pela competência, zelo e dedicação de que tem dado testemunho em prol dos objetivos da Santa Casa da Misericórdia de Boticas.
4. A aprovação de um voto de louvor ao pessoal da Instituição pelo seu profissionalismo, espírito de serviço e de sacrifício sempre demonstrados no desempenho das suas funções.

O Conselho Fiscal:

António Pereira Penedos

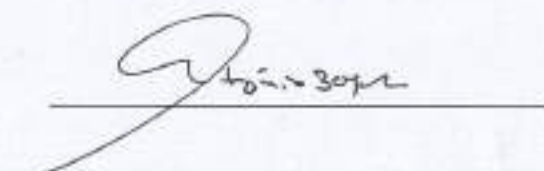
Acácio Queiroga Fernandes

Maria de Lurdes B. R. Machado



O CC:

António Borges

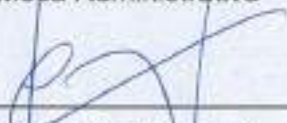


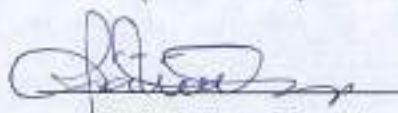
**APROVAÇÃO DO
RELATÓRIO DE
ATIVIDADES E
CONTAS DE
GERÊNCIA 2018**

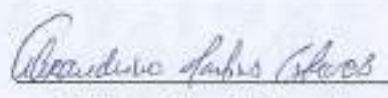
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2018

O presente Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2018 foi aprovado na reunião de Mesa Administrativa de 15 de março de 2019, e com o parecer do Conselho Fiscal.

A Mesa Administrativa



(Fernando Campos)

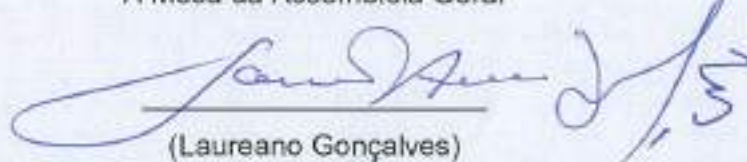
(Maria Fátima Casas)

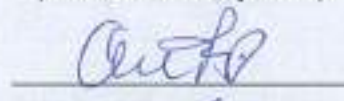
(Alexandrino Esteves)

(Maria Cândida Eiras)

Aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral de 31 de março de 2019.

A Mesa da Assembleia Geral



(Laureano Gonçalves)

(António Ferreira)

(Maria Herminia Rua)